

SUMÁRIO

ABREVIATURAS	69
---------------------------	-----------

CAPÍTULO I

HISTÓRICO DO DIREITO DO TRABALHO	71
---	-----------

1. Surgimento e histórico do Direito do Trabalho	71
1.1. Origem etimológica do termo “trabalho”	71
1.2. Relações de trabalho na Antiguidade	72
1.3. Relações de trabalho na Idade Média (séculos V ao XV)	73
1.4. Relações de trabalho após a Revolução Industrial e o surgimento do Direito do Trabalho	75
2. Histórico do Direito do Trabalho no mundo	76
2.1. Formação do Direito do Trabalho	77
2.2. Sistematização e consolidação do Direito do Trabalho	78
2.3. Institucionalização do Direito do Trabalho	78
2.4. Crise e transição do Direito do Trabalho	79
3. Origem e evolução do Direito do Trabalho, no Brasil	80
3.1. Manifestações incipientes ou esparsas (1888-1930)	81
3.2. Institucionalização do Direito do Trabalho no Brasil (1930-1945)	82
3.3. Manutenção do modelo corporativista (1945 a 1988)	83
3.4. Transição democrática do Direito do Trabalho brasileiro	84
3.5. A onda renovatória do Direito do Trabalho brasileiro	86
4. Evolução das Constituições brasileiras	90
4.1. Constituição de 1824	91
4.2. Constituição de 1891	91
4.3. Constituição de 1934	91
4.4. Constituição de 1937	93
4.5. Constituição de 1946	95
4.6. Constituição de 1967 e Emenda Constitucional nº 1/1969	97
4.7. Constituição Federal de 1988	98

CAPÍTULO II

A REFORMA TRABALHISTA	107
------------------------------------	------------

1. Histórico	107
--------------------	-----

2.4.	Condição mais benéfica	169
2.4.1.	Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da condição mais benéfica	169
3.	Princípio da imperatividade das normas trabalhistas	170
3.1.	Impactos das alterações legislativas recentes no princípio da imperatividade das normas trabalhistas	171
4.	Princípio da primazia da realidade	172
4.1.	Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da primazia da realidade ...	173
5.	Princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado	174
5.1.	Impactos das alterações legislativas recentes no princípio da inalterabilidade contratual lesiva ao empregado	174
6.	Princípio da continuidade da relação de emprego	175
6.1.	Impactos da Reforma Trabalhista no princípio da continuidade da relação de emprego	176
7.	Princípio da irrenunciabilidade ou indisponibilidade dos direitos trabalhistas ..	176
8.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	180
9.	Informativos do TST	181

CAPÍTULO V

FLEXIBILIZAÇÃO DO DIREITO DO TRABALHO	183
1. Flexibilização do Direito do Trabalho	183
1.1. Hipóteses de flexibilização	184
1.2. <i>Lay off</i>	188
1.2.1. Qualificação profissional (art. 476-A, CLT)	189
1.3. Hipóteses em que não se admite flexibilização das normas trabalhistas	191
2. Renúncia e transação	198
2.1. Renúncia	199
2.2. Transação	201
2.2.1. Comissão de Conciliação Prévia	202
2.2.2. Homologação de acordo extrajudicial	203
2.2.2.1. Limites do acordo extrajudicial	205
2.2.2.2. Transação e redução de direitos trabalhistas	205
2.2.2.3. Parcelamento de verbas rescisórias	206
2.2.2.4. Homologação parcial de acordo extrajudicial	207
2.2.2.5. Eficácia liberatória do acordo extrajudicial homologado	208
2.2.3. Plano de Demissão Voluntária – PDV	210
3. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	211
4. Informativos do TST	214

CAPÍTULO VI**SUJEITOS DA RELAÇÃO DE TRABALHO: EMPREGADO E EMPREGADOR 217**

1. Empregado	217
1.1. Requisitos da relação empregatícia	218
1.1.1. Pessoa física	218
1.1.2. Não eventualidade	218
1.1.3. Onerosidade	219
1.1.4. Subordinação	220
1.1.4.1. Subordinação objetiva e subjetiva	221
1.1.4.2. Subordinação reticular	221
1.1.4.3. Parassubordinação e subordinação estrutural	222
1.1.4.4. Subordinação algorítmica (uberização)	223
1.1.5. Alteridade	225
1.1.6. Princípio da alteridade durante a pandemia de coronavírus e legislação de exceção	226
1.1.7. Reconhecimento do vínculo de emprego pelo Auditor Fiscal do Trabalho	227
1.1.7.1. Reconhecimento do vínculo de emprego na MP nº 905/2019 (vigência encerrada)	227
1.1.7.2. Limites ao reconhecimento do vínculo de emprego (Informativo nº 218 do TST)	228
1.2. Elementos não essenciais à configuração da relação de emprego	229
1.2.1. Exclusividade	229
1.2.2. Local da prestação de serviços e teletrabalho (Reforma Trabalhista)	229
1.2.2.1. Teletrabalho durante a pandemia de coronavírus (MP nº 927/2020 – vigência encerrada) e legislação de exceção	232
1.2.3. Profissionalidade	233
1.3. Altos empregados	233
1.3.1. Empregado “hipersuficiente” (Reforma Trabalhista)	235
1.3.2. Atividades de direção e assessoramento de partidos políticos	238
2. Admissão do empregado	239
2.1. Cotas destinadas a determinados empregados (ações afirmativas)	240
2.1.1. Cotas exclusivas para pessoas pretas	244
2.2. Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais Previdenciárias e Trabalhistas – eSocial	245
2.2.1. O que é o eSocial?	245
2.2.2. Obrigados ao eSocial	245
2.2.3. Objetivos do eSocial	246
2.2.4. eSocial do Doméstico	247
2.3. Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS	248
2.3.1. CTPS Digital	250

2.3.2.	Informações obrigatórias na CTPS	252
2.3.3.	Valor das anotações da CTPS	253
2.3.4.	Dispositivos revogados	254
2.3.5.	Anotação em CTPS	255
2.3.5.1.	Anotações gerais e anotações especiais	257
2.3.5.2.	Anotações sobre a remuneração	258
2.3.5.3.	Apresentação da CTPS	258
2.3.5.4.	Registros eletrônicos equivalentes às anotações	259
2.3.5.5.	Prazo para acesso às informações de anotação	259
2.3.5.6.	Multa pelo descumprimento do dever de anotação ..	259
2.3.5.7.	Vedação de anotações desabonadoras	260
2.4.	Registro de empregados	261
2.4.1.	Multa administrativa por ausência do registro de empregados (Reforma Trabalhista)	262
2.4.2.	Multa decorrente de informações incompletas no registro de empregados (Reforma Trabalhista)	265
2.5.	Exigência de certidão negativa de antecedentes criminais na contratação do empregado	267
2.6.	Carta de recomendação do ex-empregado	269
2.7.	Tratamento de dados pessoais na fase pré-contratual	271
3.	Relações empregatícias especiais	273
3.1.	Empregado rural	273
3.1.1.	Identificação da figura do empregado e empregador rural	274
3.1.2.	Peculiaridades dos empregados rurais	275
3.1.3.	Contrato temporário rural (art. 14-A da Lei nº 5.889/73)	278
3.1.4.	Terceirização e trabalho temporário no âmbito rural	279
3.1.5.	Prescrição aplicável ao contrato de trabalho rural	280
3.2.	Empregado doméstico	282
3.2.1.	Direitos constitucionais assegurados ao empregado doméstico	286
3.2.2.	Regulamentação dos direitos constitucionais assegurados aos domésticos – Lei Complementar nº 150/2015	289
3.2.2.1.	Jornada de trabalho e compensação	289
3.2.2.2.	Trabalho em regime de tempo parcial	293
3.2.2.3.	Períodos de descanso	295
3.2.2.4.	Contrato individual de trabalho	298
3.2.2.4.1.	Trabalho intermitente e empregado doméstico	300
3.2.2.5.	Remuneração	301
3.2.2.5.1.	Redução de salários e de jornada e suspensão contratual dos domésticos na pandemia	303
3.2.2.6.	Proteção do trabalho da mulher	304
3.2.2.7.	FGTS	305

3.2.2.8.	Seguro-desemprego	309
3.2.2.9.	Aviso-prévio	311
3.2.2.10.	Término do contrato de trabalho	313
3.2.2.11.	Homologação das verbas trabalhistas e multa do art. 477, § 8º, CLT	315
3.2.2.12.	Papel da Fiscalização do Trabalho	316
3.2.2.13.	Reflexos da LC nº 150/2015 em outros ramos do Direito	317
3.3.	Empregado público	327
3.3.1.	Introdução	327
3.3.2.	Contrato nulo. Contratação do servidor público sem prévio concurso público	328
3.3.2.1.	Exigência de concurso público para o ingresso no cargo de professor titular	334
3.3.2.2.	Ausência de concurso público na administração pública indireta. Posterior privatização. Convalidação	335
3.3.2.3.	Desvirtuamento do estágio com a Administração. Contrato nulo	337
3.3.2.4.	Oficial de justiça <i>ad hoc</i>	339
3.3.2.5.	Trabalho proibido. Policial militar	339
3.3.3.	Alteração da jornada do empregado público. Retorno à jornada inicialmente contratada	340
3.3.4.	Remuneração do empregado público. Salário proporcional à jornada	342
3.3.4.1.	Equiparação salarial na Administração Pública	343
3.3.4.2.	Empregados públicos comissionados e depósitos do FGTS	345
3.3.5.	Estabilidade do empregado público	346
3.3.5.1.	Estabilidade prevista no art. 19 do ADCT. Servidor público de fundação regido pela CLT	347
3.3.6.	Término do contrato do empregado público	348
3.3.6.1.	Aposentadoria espontânea como causa de extinção do contrato	348
3.3.6.2.	Dispensa do empregado público	350
3.3.6.3.	Multa do art. 477 da CLT para pessoa jurídica de direito público	353
3.3.7.	Terceirização no setor público	354
3.3.8.	Aplicação dos dispositivos da Reforma Trabalhista aos empregados públicos	355
3.3.8.1.	Jornada 12x36	355
3.3.8.2.	Distrato	356
3.3.8.3.	Teletrabalho	357
3.3.8.4.	Trabalho intermitente	358

3.3.9.	Vedação à redução de salários e de jornada e suspensão contratual dos empregados públicos durante a pandemia	359
4.	Empregador	360
4.1.	Grupo econômico	362
4.1.1.	Grupo econômico por subordinação e coordenação (Reforma Trabalhista)	362
4.1.2.	Grupo econômico rural	365
4.1.3.	Consequências jurídicas do reconhecimento do grupo econômico	366
4.1.4.	Contrato único	367
4.1.5.	Aspectos processuais	369
4.1.6.	Grupo econômico e terceirização	370
4.2.	Sucessão de empresas	371
4.2.1.	Responsabilidade do sucessor (Reforma Trabalhista)	372
4.2.2.	Sucessão por indução	374
4.2.3.	Sucessão em grupo econômico	374
4.2.4.	Sucessão na Nova Lei de Falências	375
4.2.5.	Sucessão de empresas terceirizadas na Administração Pública .	375
4.2.6.	Sucessão entre entes de Direito Público	377
4.2.7.	Sucessão em cartórios extrajudiciais	378
4.2.8.	Sucessão em razão da privatização	379
4.3.	Sócio retirante (Reforma Trabalhista)	380
4.3.1.	Responsabilidade do sócio retirante	381
4.3.2.	Responsabilidade do sócio retirante, excluído ou dos herdeiros do sócio falecido no Código Civil	383
4.3.3.	Incidente de desconsideração da personalidade jurídica	385
4.4.	Poderes do empregador	387
4.4.1.	Poder de organização	388
4.4.1.1.	Uso de logomarcas em uniformes (Reforma Trabalhista)	389
4.4.2.	Organizações de tendência	392
4.4.2.1.	Organizações de tendência e a liberdade de expressão dos empregados	393
4.4.2.2.	Admissão de empregados nas organizações de tendência	394
4.4.2.3.	Liberdade de manifestação dos empregados no curso do contrato de trabalho	395
4.4.2.4.	Organizações de tendência e vida privada do empregado	395
4.4.2.5.	Liberdade de cátedra e universidades pertencentes a igrejas e comunidades religiosas	397
4.4.3.	Poder de controle	397
4.4.3.1.	Limitação do uso de banheiros	398
4.4.3.2.	Correio eletrônico	401

4.4.3.3.	Revistas íntimas	401
4.4.3.4.	Revistas pessoais	402
4.4.3.5.	Fiscalização por câmeras	403
4.4.3.6.	Uso de polígrafo (detector de mentiras)	404
4.4.3.7.	Programas espiões de controle de atividade	404
4.4.3.8.	Restrições ao porte e uso do celular	405
4.4.3.9.	Exigência de apresentação ao serviço com cabelo e barba aparados	407
4.4.4.	Poder disciplinar	409
4.4.4.1.	Multa por descumprimento do acordado em trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)	409
4.5.	<i>Compliance</i> trabalhista	412
4.5.1.	<i>O compliance</i> nas relações de trabalho	413
4.5.1.1.	<i>Compliance</i> na admissão do empregado	414
4.5.1.2.	<i>Compliance</i> no curso do contrato de trabalho	414
4.5.1.3.	Normas de saúde e segurança do trabalho	415
4.5.1.4.	<i>Compliance</i> no término do contrato de trabalho	416
4.5.2.	Reflexos da adoção do <i>compliance</i> nas relações coletivas de trabalho	417
4.5.3.	<i>Compliance</i> na terceirização de serviços	418
4.5.4.	<i>Compliance</i> e responsabilidade das empresas pela cadeia produtiva	419
4.5.5.	Fraude na utilização do <i>compliance</i>	421
4.6.	Microempresas e empresas de pequeno porte	422
5.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	427
6.	Informativos do TST	429

CAPÍTULO VII

PROTEÇÃO DO TRABALHO DO ADOLESCENTE E DA MULHER 435

1.	Proteção do trabalho da criança e do adolescente	435
1.1.	Jornada de trabalho do adolescente	438
1.2.	Prestação de serviços em locais prejudiciais à moralidade, à saúde e segurança do adolescente	440
1.2.1.	Trabalho infantil artístico	442
1.2.2.	Conselho Tutelar	444
1.2.3.	Dos direitos de profissionalização e à proteção do trabalho. Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90 e alterações)	445
1.2.4.	Trabalho educativo	445
1.2.5.	Dos direitos de profissionalização do Jovem (Lei nº 12.852/2013)	447
1.3.	Do papel dos representantes legais do adolescente	447

1.4.	Das férias	448
1.5.	Do salário	448
1.6.	Da prescrição	449
1.7.	Meio ambiente de trabalho	450
2.	Aprendiz	451
2.1.	Contrato de trabalho especial	453
2.2.	Prazo para o contrato de aprendizagem	453
2.3.	FGTS	454
2.4.	Obrigatoriedade na contratação de aprendizes	454
2.4.1.	Funções que demandam formação profissional compatível com a aprendizagem	455
2.4.2.	Entidades que estão dispensadas da contratação de aprendizes	458
2.4.2.1.	Condomínios Edifícios estão dispensados da contratação de aprendizes?	458
2.4.3.	Cota social	461
2.4.4.	Oferta de vagas a aprendizes usuários e dependentes de drogas	465
2.5.	Jornada de trabalho do aprendiz	465
2.6.	Vínculo empregatício do aprendiz	466
2.7.	Extinção do contrato de aprendizagem	467
2.8.	Proteção do trabalho dos aprendizes durante a pandemia de coronavírus e legislação de exceção	467
2.9.	Da ilegalidade das alterações promovidas pelo Decreto nº 11.061/2022	470
3.	Proteção do trabalho da mulher	471
3.1.	Igualdade salarial (Lei nº 14.611/23)	472
3.2.	Proteção à maternidade	474
3.2.1.	Intervalos para amamentação (Reforma Trabalhista)	477
3.2.2.	Licença-maternidade	481
3.2.2.1.	Data de início da licença-maternidade (ADI Nº 6327/DF)	485
3.2.2.2.	Licença-maternidade durante a pandemia de coronavírus e legislação de exceção	488
3.2.3.	Estabilidade da gestante	489
3.2.3.1.	Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado	492
3.2.3.1.1.	Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária	493
3.2.3.1.2.	Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado?	494
3.2.3.2.	Exigência de certidão de nascimento do filho	495
3.2.3.3.	Efeitos da dispensa da gestante	495

3.2.3.4.	Estabilidade da gestante na redução de salários e de jornada ou suspensão contratual (Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção	497
3.2.4.	Programa Emprega + Mulheres (Lei nº 14.457/2022)	499
3.2.4.1.	Do apoio à parentalidade na primeira infância	500
3.2.4.1.1.	Reembolso-Creche	500
3.2.4.1.2.	Da Manutenção ou subvenção de instituições de educação infantil pelos serviços sociais autônomos	501
3.2.4.2.	Do apoio à parentalidade por meio da flexibilização do regime de trabalho	501
3.2.4.2.1.	Teletrabalho	501
3.2.4.2.2.	Flexibilização do regime de trabalho e das férias	501
3.2.4.3.	Das medidas para qualificação de mulheres	502
3.2.4.4.	Do apoio ao retorno ao trabalho após o término da licença-maternidade	503
3.2.4.4.1.	Da suspensão do contrato de trabalho de pais empregados	503
3.2.4.4.2.	Das alterações no Programa Empresa Cidadã	504
3.2.4.5.	Das medidas de prevenção e de combate ao assédio sexual e a outras formas de violência no âmbito do trabalho	504
3.2.4.6.	Do Selo Emprega + Mulher	505
3.2.4.7.	Alterações na CLT	506
3.2.4.8.	Veto Presidencial	506
3.3.	Meio ambiente de trabalho	506
3.3.1.	Afastamento de gestantes e lactantes de atividades insalubres (Reforma Trabalhista)	508
3.3.1.1.	Salário-maternidade estendido	511
3.3.1.2.	Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022)	512
3.3.2.	Revistas íntimas	513
3.3.3.	Fim do Intervalo para jornada extraordinária da mulher (Reforma Trabalhista)	514
3.4.	Mãe Social	519
4.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	521
5.	Informativos do TST	522

CAPÍTULO VIII

RELAÇÕES DE TRABALHO QUE NÃO CONFIGURAM VÍNCULO EMPREGATÍCIO	525
1. Introdução	525
2. Trabalhador autônomo e a reforma trabalhista	526
2.1. Regulamentação do trabalho autônomo pela Portaria nº 349/2018 (anulada) e pela Portaria nº 671/2021 do Ministério do Trabalho e Emprego	529
2.2. Trabalhador parceiro	531
2.3. Uberização das relações de trabalho	534
2.3.1. Cooperativismo de plataforma	539
2.3.2. Medidas de proteção ao entregador que presta serviço por intermédio de empresa de aplicativo de entrega (Lei nº 14.297/2022)	539
2.4. Corretor de imóveis	541
2.5. Transportador autônomo de cargas (MEI Caminhoneiro)	542
2.6. Contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais	542
2.7. Advogado associado	543
3. Trabalhador eventual	544
4. Trabalhador avulso	545
4.1. Trabalhador avulso portuário (Lei nº 12.815/2013)	546
4.2. Trabalhador avulso não portuário (Lei nº 12.023/2009)	550
4.3. Medidas temporárias em resposta à pandemia decorrente da COVID-19 no setor portuário	551
5. Trabalhador voluntário	552
5.1. Programa Nacional de Prestação de Serviço Civil Voluntário	552
5.2. Ministros e membros de entidades religiosas	554
6. Cooperado	555
7. Estagiário	558
7.1. Introdução	558
7.2. Alterações da Lei nº 11.788/2008 (Lei do Estágio)	558
7.3. Conceito de estágio	559
7.4. Requisitos para existência do estágio regular	559
7.5. Agentes de integração	560
7.6. Partes envolvidas no estágio	560
7.6.1. Instituição de ensino	561
7.6.2. Parte concedente	561
7.6.3. Estagiário	562
7.7. Fraude no estágio	564
8. Representante comercial	566
9. Trabalhadores esportivos	567

10. Trabalho do preso	570
10.1. Política Nacional de Trabalho no âmbito do Sistema Prisional (Decreto nº 9.450/2018)	571
11. Trabalho do imigrante	572
12. Índio	574
13. Súmulas do TST	576
14. Informativos do TST	577

CAPÍTULO IX

TERCEIRIZAÇÃO 579

1. Introdução	579
2. Terceirização das atividades-fim da empresa contratante e requisitos para a terceirização lícita (Reforma trabalhista)	582
2.1. Súmula nº 331 do TST	583
2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	584
2.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	585
2.3.1. Julgamento do STF e a terceirização nas atividades-fim	586
2.4. Requisitos para terceirização lícita e a capacidade econômica da empresa prestadora de serviços	587
2.5. Fraude na terceirização	588
2.5.1. Terceirização nas empresas de <i>call center</i>	589
2.6. Críticas à atual legislação	590
2.7. Consequências da terceirização das atividades-fim	590
2.8. Quarteirização	591
3. Requisitos para funcionamento da empresa de prestação de serviços a terceiros	591
4. Requisitos do contrato de terceirização	592
5. Responsabilidade da tomadora	592
5.1. Direito dos terceirizados	594
5.2. Condições de trabalho (Reforma Trabalhista)	596
5.2.1. Súmula nº 331 do TST	597
5.2.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	597
5.2.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	598
5.3. Salário equivalente	599
5.3.1. Regulamentação prevista na OJ nº 383 da SDI-I do TST	600
5.3.2. Tema nº 383 de repercussão geral do STF	602
6. “Quarentena” e Reforma Trabalhista	603
6.1. Período de quarentena da empresa prestadora de serviços a terceiros ..	603
6.1.1. Súmula nº 331 do TST	603
6.1.2. Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	603
6.1.3. Reforma Trabalhista – Lei nº 13.467/2017	604
6.2. Período de quarentena do empregado terceirizado	604

6.2.1.	Súmula nº 331 do TST	604
6.2.2.	Regulamentação pela Lei nº 13.429/2017 (31/03/2017)	605
6.2.3.	“Quarentena” na Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017)	605
7.	Terceirização na Administração Pública	605
7.1.	Fraude na terceirização da Administração Pública	606
7.2.	Responsabilidade da Administração Pública pelo inadimplemento das obrigações trabalhistas	608
7.2.1.	Terceirização na Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021)	609
7.3.	Organizações sociais	611
7.4.	Terceirização na Administração Pública Federal (Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018)	612
7.4.1.	Vedações para a Administração Pública direta, autárquica e fundacional	613
7.4.2.	Vedações para as empresas públicas e sociedades de economia mista	614
7.4.3.	Vedações de caráter geral	615
7.4.4.	Normas atinentes ao instrumento convocatório e ao contrato .	616
7.4.4.1.	Vedações	617
7.4.4.2.	Disposições contratuais obrigatórias	618
7.4.5.	Legalidade e discussões futuras sobre o Decreto nº 9.507/2018	620
8.	Terceirização no marco regulatório trabalhista infralegal (decreto 10.854/2021)	620
9.	Agências de colocação e recrutamento (Convenção 181 da OIT)	622
10.	Dono da obra e subempreitada	623
10.1.	Responsabilidade do empreiteiro na subempreitada	623
10.2.	Responsabilidade do dono da obra	624
11.	Trabalho temporário	628
11.1.	Conceito de trabalho temporário e hipóteses de contratação	630
11.2.	Trabalho temporário e a contratação no período de greve	632
11.3.	Empresa de trabalho temporário	633
11.3.1.	Requisitos para o funcionamento da empresa de trabalho temporário	634
11.4.	Empresa tomadora de serviços	635
11.5.	Requisitos do contrato entre a empresa de trabalho temporário e a empresa tomadora de serviços	637
11.6.	Condições de trabalho	637
11.7.	Abrangência de atividades do trabalho temporário	638
11.8.	Ausência de vínculo de emprego do trabalhador temporário com a tomadora dos serviços	639
11.9.	Prazo do trabalho temporário	640
11.10.	Vínculo empregatício do trabalhador temporário e proibição de cláusula de reserva	641
11.11.	Responsabilidade do tomador dos serviços	642

11.12. Direitos assegurados aos trabalhadores temporários	643
11.12.1. Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária	644
11.13. Diferenças entre terceirização e trabalho temporário	645
12. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	646
13. Informativos do TST	647

CAPÍTULO X**CONTRATO INDIVIDUAL DE TRABALHO 653**

1. Terminologia: relação de trabalho x relação de emprego	653
2. Natureza jurídica e Características do contrato de trabalho	656
3. Elementos do contrato de trabalho	658
3.1. Nulidades do contrato de trabalho	659
3.1.1. Trabalho proibido	659
3.1.2. Trabalho ilícito	663
4. Efeitos do contrato de trabalho	663
4.1. Direitos intelectuais	664
4.2. Da reparação do dano nas relações de trabalho	666
4.2.1. Introdução	666
4.2.2. Dano material e dano moral	668
4.2.2.1. Dano material	668
4.2.2.2. Dano moral	668
4.2.2.2.1. Dano moral coletivo	672
4.2.2.2.2. Existe dano moral automático? O que é dano moral <i>in re ipsa</i> ?	673
4.2.3. Dano estético	675
4.2.4. Dano existencial	675
4.3. Lei Geral de Proteção de Dados nas relações de trabalho	677
4.3.1. LGPD e sua aplicação no âmbito trabalhista	678
4.3.2. Conceitos importantes da LGPD	679
4.3.3. Parâmetros para o tratamento dos dados pessoais	680
4.3.4. Bases de tratamento de dados na LGPD	681
4.3.4.1. Base de tratamento de dados não sensíveis	681
4.3.4.2. Base de tratamento de dados sensíveis	683
4.3.5. Princípios da LGPD	684
4.3.6. Tratamento de dados de empregados adolescentes	685
4.3.7. Norma coletiva e uso de dados pessoais	686
4.3.8. Uso indevido de dados pessoais e papel dos órgãos de fiscalização do trabalho	686
4.3.9. Responsabilidade do empregador para com terceiros e empregados pelo uso indevido e vazamento de dados pessoais	687
5. Classificação dos contratos de trabalho	689
5.1. Contrato por prazo determinado	690

5.2.	Hipóteses previstas na CLT	690
5.2.1.	Hipóteses previstas na LC nº 150/2015 (Lei dos Domésticos) .	693
5.3.	Estabilidade no curso do contrato por prazo determinado	694
5.4.	Nova contratação	694
5.5.	Término do contrato por prazo determinado	696
5.5.1.	Término do contrato por prazo determinado na legislação dos domésticos (LC nº 150/2015)	699
5.5.2.	Término antecipado do contrato de aprendizagem (art. 433 da CLT)	700
5.6.	Contrato por prazo determinado – Lei nº 9.601/98	702
5.6.1.	Características	703
5.7.	Trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)	703
5.7.1.	Antecedentes do trabalho intermitente: jornada móvel ou variável	704
5.7.2.	Conceito de trabalho intermitente	705
5.7.3.	Exclusão dos aeronautas e questão das categorias diferenciadas	706
5.7.4.	Principais impactos do trabalho intermitente nos direitos dos trabalhadores	707
5.7.5.	Constitucionalidade do trabalho intermitente	709
5.7.6.	Trabalho intermitente no direito comparado	709
5.8.	Regulamentação do trabalho intermitente	710
5.8.1.	Normas ligadas à convocação do trabalhador	715
5.8.2.	Multa por descumprimento do acordado	716
5.8.3.	Direitos do empregado em trabalho intermitente	719
5.8.4.	Acordo individual entre empregado e empregador	722
5.8.5.	Trabalhador intermitente e seguro-desemprego	723
5.8.6.	Questionamentos sobre o trabalho intermitente	725
5.8.7.	Trabalho intermitente durante a pandemia de coronavírus e legislação de exceção	726
5.9.	Contrato de Trabalho Verde e Amarelo (MP nº 905/2019 – vigência encerrada)	727
6.	Alteração do contrato de trabalho	729
6.1.	<i>Jus variandi</i> – Alteração unilateral do contrato de trabalho	730
6.2.	Reversão	734
6.3.	Reversão e gratificação de função (Reforma Trabalhista)	735
6.3.1.	Conceito de gratificação	735
6.3.2.	Disciplina anterior à Reforma Trabalhista acerca da gratificação de função e a reversão	735
6.3.3.	Regulamentação da retirada da gratificação de função pela Reforma Trabalhista	736
6.3.4.	Direito intertemporal	737
6.3.5.	Limites à supressão de gratificação de função	737
6.4.	Transferência de empregados	738

7.	Suspensão e interrupção	740
7.1.	Hipóteses de interrupção	741
7.1.1.	Contagem do prazo das hipóteses de interrupção do contrato de trabalho	744
7.2.	Hipóteses de suspensão	747
7.3.	Casos controvertidos	752
7.4.	Suspensão temporária do contrato de trabalho durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020 e MP 1.045/2021, rejeitada) e legislação de exceção	756
8.	Direitos do empregado nas eleições	758
8.1.	Empregado que trabalha na empresa no dia da eleição	758
8.2.	Alistamento eleitoral e interrupção do contrato de trabalho	760
8.3.	Empregado mesário nas eleições	761
8.4.	Liberdade de voto e limites aos poderes do empregador	761
8.5.	Contratação de pessoal para prestação de serviços nas campanhas eleitorais	762
9.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	764
10.	Informativos do TST	767

CAPÍTULO XI

DURAÇÃO DO TRABALHO 777

1.	Duração do trabalho	777
1.1.	Introdução: limitação da jornada, tempo à disposição e controle de ponto	777
1.1.1.	Jornada móvel ou variável e o trabalho intermitente (Reforma Trabalhista)	779
1.1.2.	Tempo à disposição do empregador	781
1.1.2.1.	Viagens para participação em cursos e treinamentos exigidos pela empresa e tempo à disposição do empregador	784
1.1.3.	Controle de jornada e registro de ponto	785
1.1.4.	Estabelecimentos com mais de 20 empregados	785
1.1.5.	Controle de jornada pelo empregador doméstico e pelo empregador do motorista profissional	789
1.1.6.	Cartões britânicos	790
1.1.7.	Registro de ponto por exceção	790
1.1.8.	Registro de ponto eletrônico no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal	794
1.2.	Horas <i>in itinere</i> (Reforma Trabalhista)	795
1.2.1.	Horas <i>in itinere</i> antes da Reforma Trabalhista	796
1.2.2.	Horas <i>in itinere</i> após a Reforma Trabalhista	796

1.2.3.	Direito intertemporal. Situação dos empregados que já recebiam as horas <i>in itinere</i>	798
1.2.4.	Tempo médio das horas <i>in itinere</i>	802
1.3.	Sobreaviso e prontidão	803
1.4.	Empregados não submetidos à limitação de jornada	806
1.4.1.	Gerentes com poderes de gestão	807
1.4.2.	Atividade externa	808
1.4.2.1.	Motoristas profissionais	809
1.4.2.1.1.	Jornada de trabalho do motorista profissional	812
1.4.2.1.2.	Tempo de espera do motorista	814
1.4.2.1.2.1.	Tempo de espera do motorista <u>antes</u> da ADI 5322	815
1.4.2.1.2.2.	Tempo de espera do motorista <u>depois</u> da ADI 5322	815
1.4.2.1.3.	Períodos de descanso do motorista	816
1.4.2.1.3.1.	Períodos de descanso do motorista <u>antes</u> da ADI	816
1.4.2.1.3.2.	Períodos de descanso do motorista <u>depois</u> da ADI	818
1.4.2.1.4.	O que mudou com a ADI 5322?	819
1.4.2.1.5.	Monitoramento da geolocalização e exigência de exame toxicológico do motorista profissional	824
1.4.3.	Teletrabalho ou trabalho remoto	825
1.4.3.1.	Caracterização do teletrabalho	829
1.4.3.1.1.	Caracterização do teletrabalho pela Reforma Trabalhista	829
1.4.3.1.2.	Caracterização do teletrabalho pela Lei nº 14.442/2022	830
1.4.3.2.	Solenidade para o teletrabalho	831
1.4.3.2.1.	Solenidade para o teletrabalho na Reforma Trabalhista	831
1.4.3.2.2.	Solenidade para o teletrabalho na Lei nº 14.442/2022	831
1.4.3.3.	Alteração do regime presencial para teletrabalho	832
1.4.3.4.	Alteração do regime de teletrabalho para o presencial	833
1.4.3.5.	Responsabilidade pela aquisição de equipamentos e infraestrutura necessária ao trabalho remoto	834
1.4.3.6.	Meio ambiente do trabalho no regime de teletrabalho	836
1.4.3.7.	Outras novidades trazidas pela Lei nº 14.442/2022 .	837

1.4.3.7.1.	Controle de jornada do teletrabalho (Lei nº 14.442/2022)	837
1.4.3.7.2.	Possibilidade de adoção do teletrabalho para estagiários e aprendizes (Lei nº 14.442/2022)	838
1.4.3.7.3.	Eficácia espacial da norma trabalhista ao teletrabalhador (Lei nº 14.442/2022)	839
1.4.3.7.4.	Priorização de vagas de teletrabalho (Lei nº 14.442/2022)	840
1.4.3.8.	Teletrabalho durante a pandemia de coronavírus (MPs nº 1.046/2021 e 927/2020) e legislação de exceção	841
1.5.	Regime de tempo parcial (Reforma Trabalhista) (art. 58-A da CLT)	843
1.5.1.	Salário proporcional	845
1.5.2.	Adesão dos empregados atuais ao regime de tempo parcial	846
1.5.3.	Adicional de horas extras	846
1.5.4.	Compensação de jornada	848
1.5.5.	Férias dos empregados em regime de tempo parcial	849
1.5.6.	Abono pecuniário de férias	851
1.5.7.	Direito intertemporal	852
1.5.8.	Empregado doméstico	853
1.6.	Turnos ininterruptos de revezamento	854
1.6.1.	Fixação de jornada em turnos ininterruptos mediante negociação coletiva	856
1.7.	Trabalho noturno	860
1.7.1.	Horários mistos	862
1.7.2.	Prorrogação do horário noturno	862
1.8.	Jornada do bancário	863
1.8.1.	Jornada de trabalho do bancário durante a vigência da MP nº 905/2019 (vigência encerrada)	865
1.8.2.	Divisor da hora de salário do bancário	866
1.8.2.1.	A polêmica do divisor aplicado ao bancário	867
1.8.2.2.	Cálculo do divisor até setembro de 2012	868
1.8.2.3.	Divisor do salário do bancário de setembro de 2012 a novembro de 2016	869
1.8.2.4.	Divisor do salário do bancário atualmente (Decisão em incidente de recurso de revista repetitivo e alteração da Súmula nº 124 do TST)	870
1.8.3.	Pré-contratação de horas extras	872
2.	Trabalho extraordinário (Reforma Trabalhista): hipóteses de prorrogação	874
2.1.	Limite de tolerância (Reforma Trabalhista)	875
2.1.1.	Limite de tolerância no intervalo intrajornada	878
2.2.	Acordo de prorrogação (Reforma Trabalhista)	879

2.3.	Compensação (Reforma Trabalhista)	880
2.3.1.	Não atendimento das exigências legais para a compensação de jornada	882
2.3.2.	Prestação de horas extras habituais em regime de compensação de jornada	883
2.3.3.	Banco de horas (Reforma Trabalhista)	885
2.3.3.1.	Banco de horas antecipado durante a pandemia de coronavírus (MP nº 927/2020 – vigência encerrada) e legislação de exceção	887
2.3.4.	Prorrogação de jornada em atividade insalubre (Reforma Trabalhista)	887
2.3.4.1.	Jornada de trabalho 12 x 36 e atividades insalubres	891
2.4.	Jornada 12 x 36 (Reforma Trabalhista)	892
2.4.1.	Regulamentação da Jornada 12x36	893
2.4.2.	Jornada 12x36 na jurisprudência do TST	894
2.4.3.	Jornada 12x36 na Reforma Trabalhista e impactos na Súmula 444 do TST	895
2.4.4.	Prestação de horas extras habituais e descaracterização da jornada 12x36	897
2.4.5.	Intervalo intrajornada em jornada 12 x 36	898
2.4.6.	Trabalho no DSR e feriados	899
2.4.7.	Trabalho noturno em jornada 12 x 36	901
2.4.8.	Jornada 12x36 em atividades insalubres	903
2.4.9.	Jornada 12 x 36 na legislação do doméstico	904
2.4.10.	Questionamentos práticos da jornada 12x36	904
2.4.10.1.	Operacionalização do intervalo intrajornada na jornada 12x36	905
2.4.10.2.	Dificuldade de substituição do empregado em atrasos, faltas e no horário de almoço	905
2.4.10.3.	Hora noturna reduzida em jornada 12x36	906
2.4.10.4.	Vantagens e desvantagens da Jornada 12x36	906
2.4.11.	A jornada 12 x 36 como regra nas futuras contratações e os impactos malignos na sociedade	907
2.4.12.	Jornada 12x36 dos profissionais da saúde durante a pandemia de coronavírus (MP nº 1.046/2021 – vigência encerrada)	908
2.5.	Prorrogação por necessidade imperiosa (Reforma Trabalhista)	911
2.5.1.	Força maior	911
2.5.2.	Conclusão de serviços inadiáveis ou cuja inexecução possa acarretar prejuízos	913
2.6.	Recuperação de horas	914
3.	Período de descanso	916
3.1.	Intervalos	917
3.1.1.	Intervalo intrajornada	917

3.1.1.1.	Redução e fracionamento do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)	920
3.1.1.2.	Tempo de deslocamento do empregado do local de trabalho até o refeitório	923
3.1.1.3.	Consequências da supressão ou redução do intervalo intrajornada (Reforma Trabalhista)	924
3.1.1.4.	Limite de tolerância no intervalo intrajornada	926
3.1.1.5.	Intervalos remunerados	927
3.1.1.6.	Pausa para fumar durante o horário de trabalho	929
3.1.2.	Intervalo interjornada	932
3.2.	DSR – Descanso semanal remunerado e feriado (Lei nº 605/49)	934
3.2.1.	Atestados médicos no Direito do Trabalho	935
3.2.1.1.	Exigência de CID em atestados médicos	937
3.2.1.2.	Efeitos jurídicos da alta médica concedida pelo INSS e limbo jurídico previdenciário	938
3.2.2.	Trabalho no DSR e feriados	942
3.2.2.1.	Autorização para o trabalho em domingos e feriados em atividades em geral	944
3.2.2.1.1.	Autorização transitória	946
3.2.2.1.2.	Autorização permanente	946
3.2.2.2.	Autorização para o trabalho em domingos e feriados no comércio em geral	946
3.2.2.3.	Escala de revezamento quinzenal para empregadas mulheres	947
3.2.2.4.	Autorização para trabalhos aos domingos e aos feriados na MP nº 905/2019 (vigência encerrada) ...	949
3.2.3.	Consequências do trabalho no DSR	949
3.2.4.	Remuneração do DSR	951
3.2.4.1.	Integração do adicional de horas extras no DSR e a alteração da OJ nº 394 da SDI-I do TST	952
3.3.	Feriados	955
3.3.1.	Antecipação de feriados na pandemia de coronavírus (MPs nº 927/2020 e 1.046/2021 – vigência encerrada) e legislação de exceção	958
3.4.	Férias	958
3.4.1.	Introdução	958
3.4.2.	Período aquisitivo	959
3.4.3.	Duração do período de férias	959
3.4.4.	Perda do direito de férias	960
3.4.4.1.	Tema nº 221 da Repercussão Geral do STF	961
3.4.5.	Período concessivo	962
3.4.6.	Fracionamento de férias individuais (Reforma Trabalhista)	963
3.4.6.1.	Empregados com menos de 18 anos e com mais de 50 anos	965

3.4.7.	Remuneração das férias	966
3.4.8.	Abono pecuniário de férias	967
3.4.9.	Férias concedidas após o período concessivo	969
3.4.9.1.	ADPF nº 501/SC: Inconstitucionalidade da Súmula nº 450 do TST	971
3.4.10.	Férias do professor	972
3.4.11.	Término do contrato de trabalho e pagamento das férias proporcionais	973
3.4.12.	Prescrição	976
3.4.13.	Férias individuais durante a pandemia de coronavírus (MPs nº 927/2020 e 1.046/2021 – vigência encerrada) e legislação de exceção	976
3.4.14.	Férias coletivas	977
3.4.14.1.	Concessão de férias coletivas durante a pandemia (MP nº 927/2020 e MP nº 1.046/2021, vigência encerrada) e legislação de exceção	979
4.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	980
5.	Informativos do TST	990

CAPÍTULO XII

REMUNERAÇÃO	1007
1. Salário e remuneração	1007
1.1. Gorjetas	1007
1.1.1. Modificações legislativas das gorjetas nos últimos anos	1007
1.1.2. Alterações promovidas pela Lei nº 13.419/2017	1008
1.1.3. Revogação da regulamentação pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017)	1008
1.1.4. Tentativa de correção do erro pela MP nº 808/2017 (“Reforma da Reforma”)	1009
1.1.5. Portaria MTb nº 349, de 23 de maio de 2018 e Portaria MTP nº 671, de 8 de novembro de 2021	1009
1.1.6. Nova tentativa de regulamentação das gorjetas pela MP nº 905/2019 (vigência encerrada)	1010
1.1.7. Gueltas	1011
1.2. Salário mínimo, salário profissional, piso salarial e salário normativo	1011
1.2.1. Salário mínimo do professor	1014
1.2.2. Salários profissionais e normativos	1015
1.2.2.1. Piso salarial nacional da enfermagem	1015
1.2.2.1.1. Como ficou o piso salarial nacional da enfermagem	1017
1.2.2.2. Posição do STF em relação a outros pisos nacionais	1018
1.3. Salário complessivo	1019

1.4.	Recolhimento de contribuições previdenciárias e Medida Provisória nº 808/2017 (vigência encerrada)	1021
2.	Parcelas salariais (Reforma Trabalhista)	1023
2.1.	Comissões e percentagens	1025
2.1.1.	Época do pagamento das comissões e percentagens	1028
2.2.	Gratificações (Reforma Trabalhista)	1028
2.3.	Décimo terceiro salário	1032
2.3.1.	Décimo terceiro proporcional	1034
2.3.2.	Décimo terceiro no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal ..	1034
2.4.	Outras parcelas salariais	1035
2.5.	Adicionais salariais	1037
2.5.1.	Adicional de hora extraordinário	1037
2.5.1.1.	Introdução	1037
2.5.1.2.	Cálculo do divisor do salário	1039
2.5.1.3.	Cálculo do divisor de salário hora do empregado mensalista	1039
2.5.1.4.	Divisor da Jornada de 8 horas diárias e 44 horas semanais	1041
2.5.1.5.	Divisor aplicado aos empregados sujeitos aos limites normais de 8 horas diárias e 44 horas semanais que obtivessem redução da duração semanal de trabalho	1042
2.5.1.6.	Cálculo do adicional de horas extras sobre o complexo salarial	1044
2.5.2.	Adicional noturno	1048
2.5.3.	Adicional de transferência	1051
2.5.4.	Adicional de periculosidade	1052
2.5.4.1.	Atividades perigosas	1052
2.5.4.2.	Base de cálculo	1054
2.5.4.3.	Necessidade de perícia	1055
2.5.4.4.	Cumulação do adicional de periculosidade	1056
2.5.4.5.	Da flexibilização do adicional de periculosidade ...	1059
2.5.5.	Adicional de insalubridade	1061
2.5.5.1.	Base de cálculo	1063
2.5.5.2.	Enquadramento do grau de insalubridade (Reforma Trabalhista)	1065
2.5.5.3.	Reflexos nas demais parcelas	1067
2.5.5.4.	Ambientes insalubres e horas extras	1068
2.5.5.5.	Fornecimento de EPI e ambiente de trabalho	1071
2.5.5.5.1.	Certificado de Aprovação do Ministério do Trabalho e Emprego (NR-06)	1073
2.5.5.6.	Afastamento de gestante e lactante de atividades insalubres (Reforma Trabalhista)	1074
3.	Parcelas sem natureza salarial	1079

3.1.	Participação nos lucros e resultados – PLR	1079
3.2.	Ajuda de custo	1081
3.3.	Diárias para viagem (Reforma Trabalhista)	1081
3.4.	Vale-transporte	1082
3.4.1.	Descontos no salário do empregado	1082
3.4.2.	Natureza jurídica da parcela	1083
3.4.3.	Vale-transporte nas férias e faltas do empregado	1083
3.4.4.	Vale-transporte do empregado doméstico e do avulso	1084
3.4.5.	Declaração falsa e mau uso do vale-transporte	1084
3.4.6.	Ônus da prova	1084
3.5.	Salário-família	1085
3.5.1.	Carência	1086
3.5.2.	Valor do benefício	1086
3.5.3.	Cessação do benefício	1086
3.6.	PIS/Pasep	1087
3.7.	<i>Stock option</i>	1089
3.8.	Parcelas recebidas em razão da exploração de direito intelectual	1089
3.9.	Abonos (Reforma Trabalhista)	1091
3.10.	Pr�mios (Reforma Trabalhista)	1092
3.10.1.	Pr�mios na MP n� 905/2019 (vigência encerrada)	1093
3.10.2.	Bichos	1094
3.11.	Auxílio-alimenta�o (Reforma Trabalhista)	1094
3.11.1.	Alimenta�o na MP n� 905/2019 (vigência encerrada)	1095
3.11.2.	Programa de Alimenta�o ao Trabalhador (Lei n� 6.321/76) .	1096
3.12.	Seguro-desemprego	1097
3.12.1.	Introdu�o	1097
3.12.2.	Requisitos para a concessão do seguro-desemprego	1099
3.12.2.1.	Desemprego involuntário	1099
3.12.2.1.1.	O empregado contrato em contrato de trabalho intermitente tem direito ao seguro-desemprego?	1100
3.12.2.2.	Demais requisitos	1101
3.12.3.	Solicita�o do seguro-desemprego	1102
3.12.4.	Valor do seguro-desemprego	1104
3.12.5.	Suspensão e cancelamento do pagamento do seguro-desemprego	1105
3.12.6.	Outras modalidades de seguro-desemprego	1106
3.12.6.1.	Bolsa para qualifica�o profissional nos contratos de trabalho que se encontram suspensos	1106
3.12.6.2.	Empregado doméstico	1108
3.12.6.3.	Pescador profissional	1109
3.12.6.4.	Trabalhador resgatado da condi�o análoga � de escravidão	1110

3.12.7. Fraude no seguro-desemprego e atuação do MPT	1112
4. Salário-utilidade ou salário <i>in natura</i>	1113
4.1. Natureza jurídica da utilidade	1114
5. Da forma, do tempo e do local do pagamento	1118
6. Garantias de proteção ao salário	1120
6.1. Irredutibilidade salarial	1122
6.1.1. Redução proporcional dos salários e de jornada durante a pandemia de coronavírus (Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção	1122
6.2. Intangibilidade salarial	1125
6.3. Vedação ao <i>truck system</i>	1127
6.4. Pagamento na primeira audiência judicial	1129
6.5. Proteção do salário diante de credores	1129
6.6. Pagamento por fora ou extrafolha	1131
7. Equiparação salarial (Reforma Trabalhista)	1132
7.1. Requisitos da equiparação salarial	1133
7.1.1. Identidade de empregadores	1134
7.1.2. Trabalho no mesmo estabelecimento do empregador	1136
7.1.3. Identidade de funções	1138
7.1.4. Trabalho de igual valor	1139
7.1.5. Diferença de tempo de serviço de, no máximo, 4 anos e na mesma função de, no máximo, 2 anos	1139
7.1.6. Inexistência de quadro de carreira ou de plano de cargos e salários	1140
7.1.6.1. Critérios de promoção por antiguidade e merecimento	1142
7.2. Trabalhador readaptado	1143
7.3. Equiparação salarial na Administração Pública	1144
7.4. Equiparação salarial em cadeia	1145
7.5. Multa por conduta discriminatória	1147
7.6. Equiparação por equivalência e salário-substituição	1150
8. Desvio de função	1152
9. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1153
10. Informativos do TST	1163

CAPÍTULO XIII

ESTABILIDADE	1179
1. Introdução	1179
2. Proibição da dispensa arbitrária e Julgamento do STF sobre a convenção 158 da OIT	1180
2.1. Causa justificada e justa causa	1181
2.2. Procedimento prévio ao término do contrato de trabalho	1182

2.3.	Julgamento das ADI 1625 e ADC 39	1183
3.	Estabilidade por tempo de serviço	1183
4.	Garantias provisórias de emprego ou estabilidades provisórias	1184
4.1.	Dirigente sindical	1184
4.2.	Empregada gestante	1190
4.2.1.	Estabilidade da gestante em contratos por prazo determinado	1193
4.2.2.	Ausência de estabilidade da trabalhadora temporária	1195
4.2.3.	Posicionamento da 4ª Turma do TST: fim da estabilidade em contratos por prazo determinado?	1195
4.2.4.	Exigência de certidão de nascimento do filho	1196
4.2.5.	Efeitos da dispensa da gestante	1196
4.2.6.	Exigência de atestado de gravidez	1198
4.2.7.	Estabilidade da gestante e redução de salários e de jornada ou suspensão contratual (Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção	1200
4.2.8.	Afastamento de gestantes e de lactantes de atividades insalubres	1201
4.2.9.	Afastamento de gestantes durante a pandemia de COVID-19 (Lei nº 14.151/2021, alterada pela Lei 14.311/2022)	1204
4.3.	Empregado representante da CIPA	1206
4.4.	Empregado acidentado	1208
4.4.1.	Acidente de trabalho	1208
4.4.1.1.	Acidente de trabalho típico	1208
4.4.1.2.	Acidente de trabalho equiparado	1209
4.4.2.	Estabilidade provisória no acidente de trabalho	1209
4.4.2.1.	Estabilidade provisória no acidente de trabalho para trabalhadores temporários	1211
4.4.3.	Acidente de trajeto	1212
4.4.4.	Acidente de trajeto na MP nº 905/2019 (vigência encerrada)	1212
4.5.	Empregado membro da Comissão de Conciliação Prévia – CCP	1213
4.6.	Membros da comissão de gorjetas até a vigência da Medida Provisória nº 808/2017	1213
4.7.	Representante dos empregados (Reforma Trabalhista)	1214
4.8.	Outras hipóteses	1216
4.8.1.	Membros do Conselho Nacional da Previdência Social	1216
4.8.2.	Membros do conselho curador do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS	1216
4.8.3.	Empregados eleitos diretores de sociedades cooperativas	1217
4.8.4.	Empregado público	1217
4.8.5.	Pandemia – Estabilidade provisória na hipótese de redução de salários e de jornada ou de suspensão temporária do contrato de trabalho (art. 10 da Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção	1219

4.8.6.	Estabilidade da pessoa com deficiência durante a pandemia do coronavírus (art. 17, V, da Lei nº 14.020/2020)	1221
4.8.7.	Programa Especial de Suporte a Empregos (Lei nº 14.043/2020)	1222
4.9.	Compromissos públicos de manutenção de emprego	1223
5.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1225
6.	Informativos do TST	1228

CAPÍTULO XIV

FUNDO DE GARANTIA POR TEMPO DE SERVIÇO – FGTS 1233

1.	Introdução	1233
1.1.	Órgãos de administração, gestão e operação do FGTS	1234
2.	Trabalhadores com direito ao FGTS	1239
3.	Alíquotas e depósitos	1240
3.1.	Adiamento no recolhimento do FGTS durante a pandemia do novo coronavírus (MP nº 927/2020 – vigência encerrada) e legislação de exceção	1243
4.	Hipóteses de saque dos depósitos	1244
4.1.	Saque do FGTS e desastres naturais	1246
4.2.	A Lei nº 13.932/2019 e o saque-aniversário	1247
4.3.	Indenização sobre o FGTS	1248
5.	Prescrição	1250
6.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1252
7.	Informativos do TST	1253

CAPÍTULO XV

SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO (MEIO AMBIENTE DE TRABALHO), DANO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO E INDENIZAÇÕES 1255

1.	Segurança e medicina do trabalho (meio ambiente de trabalho)	1255
1.1.	Introdução	1255
1.2.	Deveres do empregador	1257
1.3.	Deveres do empregado	1257
1.4.	Do papel do Ministério do Trabalho e Emprego	1258
1.4.1.	Interdição ou embargo e inspeção prévia	1260
1.4.2.	Programa de Prevenção de Riscos Ambientais (PPRA), Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR) e Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO)	1263
1.5.	CIPA – Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e Assédio	1265
1.5.1.	Objetivos e atribuições da CIPA	1265
1.5.2.	Constituição e organização da CIPA	1268
1.5.3.	Mandato e estabilidade	1270

1.6.	Da competência para apreciar e julgar questões ligadas ao ambiente de trabalho	1272
1.7.	Suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho	1273
1.7.1.	Exames médicos ocupacionais	1273
1.7.2.	Suspensão de treinamentos periódicos e eventuais dos empregados previstos em normas regulamentadoras de segurança e saúde no trabalho	1274
1.7.3.	Manutenção das CIPAs	1274
2.	Da reparação do dano nas relações de trabalho e indenizações	1274
2.1.	Introdução	1274
2.2.	Dano material	1276
2.3.	Dano extrapatrimonial (Reforma Trabalhista)	1276
2.3.1.	Regulamentação do dano extrapatrimonial	1276
2.3.2.	Requisitos para a configuração do dano extrapatrimonial	1280
2.3.2.1.	Dano imaterial	1281
2.3.2.2.	Ação ou omissão e nexos causal	1282
2.3.2.3.	Culpa em sentido lato	1282
2.3.3.	Titularidade do direito à reparação do dano	1283
2.3.4.	Bens jurídicos tutelados	1285
2.3.4.1.	Bens juridicamente tutelados da pessoa física	1286
2.3.4.2.	Bens juridicamente tutelados da pessoa jurídica ...	1287
2.3.5.	Responsabilidade na proporção da ação ou da omissão	1289
2.3.6.	Cumulação de danos materiais e danos extrapatrimoniais	1290
2.3.6.1.	Perdas e danos	1292
2.3.7.	Arbitramento do dano moral	1293
2.3.8.	Da inconstitucionalidade do dispositivo (ADI 6050 - interpretação conforme a Constituição)	1298
2.3.9.	Dano moral coletivo	1299
2.3.10.	Existe dano moral automático? O que é dano moral <i>in re ipsa</i> ?	1301
2.4.	Dano estético	1302
2.5.	Dano existencial	1303
2.5.1.	Direito à desconexão	1304
2.6.	Assédio nas relações de trabalho	1305
2.6.1.	Assédio moral	1306
2.6.2.	Assédio eleitoral	1307
2.6.3.	Assédio sexual	1309
2.6.3.1.	Do papel da CIPA no combate ao assédio sexual e outras formas de violência	1311
2.6.4.	Assédio processual	1313
2.6.5.	Assédio religioso	1313

2.7.	Do papel de outros agentes e órgãos de proteção no combate ao assédio nas organizações	1314
2.8.	Competência para julgar ações envolvendo dano moral	1316
3.	Trabalho escravo e degradante	1316
3.1.	Introdução	1316
3.2.	Medidas de combate ao trabalho escravo e degradante na esfera internacional e na legislação brasileira	1322
3.3.	Responsabilidade jurídica na constatação do trabalho escravo ou degradante	1325
3.3.1.	Responsabilidade penal	1326
3.3.2.	Impactos nas responsabilidades trabalhista e previdenciária ..	1327
3.3.3.	Responsabilidade administrativa	1328
3.3.4.	Responsabilidade civil	1329
3.3.4.1.	Danos morais coletivos	1331
3.3.4.2.	<i>Dumping</i> social	1332
4.	Responsabilidade civil decorrente de acidentes do trabalho	1333
4.1.	Introdução	1333
4.2.	Responsabilidade civil no ordenamento jurídico brasileiro	1333
4.3.	Responsabilidade civil nos acidentes de trabalho	1334
4.3.1.	Acidente de trabalho	1334
4.3.1.1.	Acidente de trabalho típico	1335
4.3.1.2.	Acidente de trabalho equiparado	1335
4.3.1.3.	Doença ocupacional e COVID-19	1339
4.3.1.4.	Trabalhador autônomo e acidente de trabalho	1340
4.3.2.	Comunicação de acidente do trabalho – CAT	1341
4.3.3.	Nexo de causalidade	1342
4.3.4.	Estabilidade do acidentado	1343
4.3.5.	Responsabilidade civil subjetiva e objetiva do empregador ...	1344
4.4.	Reparação do dano decorrente de acidentes de trabalho	1348
4.4.1.	Dano material e moral	1348
4.4.2.	Perda de uma chance	1348
4.4.3.	Indenização por morte da vítima	1349
4.4.4.	Indenização por incapacidade transitória	1350
4.4.5.	Indenização por incapacidade permanente (invalidez)	1351
4.4.6.	Dano estético	1351
4.5.	Competência para julgar ações envolvendo acidente do trabalho	1352
5.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1354
6.	Informativos do TST	1355

CAPÍTULO XVI

DIREITO ADMINISTRATIVO DO TRABALHO (FISCALIZAÇÃO) 1365

1.	Fiscalização do trabalho	1365
----	--------------------------------	------

2. Atribuições dos auditores-fiscais do trabalho	1365
3. Poderes e limites para o exercício da fiscalização	1368
4. Autuação	1370
4.1. Auto de infração e defesas do autuado	1373
5. A fiscalização do trabalho e o esocial	1375
6. Domicílio eletrônico trabalhista (MP 905/2019 – vigência encerrada e Lei nº 14.261/2021)	1376
7. Fiscalização do trabalho no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal (Decreto 10.854/2021)	1378
7.1. Livro de Inspeção do Trabalho Eletrônico (eLIT)	1378
7.2. Normas de Proteção ao Trabalho e de Saúde e Segurança no Trabalho	1380
7.3. Auto de Infração no Marco Regulatório Trabalhista Infralegal	1381
8. Programa governo mais legal – trabalhista (Decreto nº 11.205/2022)	1381
8.1. Introdução	1381
8.2. Operacionalização do Programa Governo Mais Legal - Trabalhista	1382
9. Súmulas do STF e TST	1384

CAPÍTULO XVII

NORMAS REGULAMENTADORAS DO MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO	1385
1. Introdução	1385
2. O que são normas regulamentadoras (NRs)?	1385
3. NR 1 - disposições gerais e gerenciamento de riscos ocupacionais	1387
3.1. Objetivo	1388
3.2. Campo de aplicação	1388
3.3. Competência e estrutura	1388
3.4. Direitos e deveres dos empregadores e trabalhadores	1388
3.5. Gerenciamento de riscos ocupacionais (GRO)	1390
4. NR 2 - Inspeção prévia (revogada)	1392
5. NR 3 - Embargo e interdição	1394
6. NR 4 - Serviços especializados em segurança e em medicina do trabalho	1397
6.1. Objetivo e campo de aplicação	1397
6.2. Competência, composição, dimensionamento e funcionamento	1398
6.3. Modalidades	1400
6.4. Registro	1401
6.5. Terceirização do SESMT	1401
7. NR 5 - Comissão interna de prevenção de acidentes e de assédio - CIPA	1402
7.1. Objetivo e atribuições	1404
7.1.1. CIPA + A (alteração promovida pela Lei nº 14.457/2022)	1404
7.2. Campo de aplicação	1407
7.3. Constituição e organização	1408

7.3.1.	Empregado contratado por prazo determinado pode participar da CIPA?	1410
7.3.2.	O dimensionamento da CIPA deve levar em conta apenas o número de empregados do estabelecimento?	1411
7.4.	Processo eleitoral	1413
7.5.	Mandato e estabilidade	1414
7.6.	Funcionamento	1416
7.7.	Treinamento	1417
7.8.	CIPA das organizações contratadas para prestação de serviços	1418
8.	NR 6 - Equipamentos de proteção individual - EPI	1420
8.1.	O que é EPI? Quando deve ser fornecido?	1420
8.2.	Objetivo e campo de aplicação	1422
8.2.1.	Responsabilidade da organização	1423
8.2.2.	Responsabilidade do trabalhador	1424
8.2.3.	Responsabilidade de fabricantes e importadores	1425
8.3.	Certificado de Aprovação (CA)	1426
9.	NR 7 - Programa de controle médico de saúde ocupacional - PCMSO	1428
9.1.	Objetivo e campo de aplicação	1429
9.2.	Diretrizes	1430
9.3.	Responsabilidades e planejamento	1433
9.3.1.	Exames obrigatórios	1434
9.3.2.	Atestado de Saúde Ocupacional	1435
9.3.3.	Constatação de doença ocupacional ou de seu agravamento ..	1436
9.3.3.1.	Comunicação de acidente do trabalho – CAT	1437
9.4.	Documentação	1438
10.	NR 8 – edificações	1442
10.1.	Objetivo e campo de aplicação	1442
10.2.	Requisitos de segurança e saúde	1442
11.	NR 9 – Avaliação e controle das exposições ocupacionais a agentes físicos, químicos e biológicos	1444
11.1.	Breve histórico	1444
11.2.	Higiene ocupacional	1445
11.3.	Objetivo e campo de aplicação	1446
11.4.	Identificação e avaliação das exposições aos agentes físicos, químicos e biológicos	1447
11.5.	Medidas de prevenção e controle das exposições aos agentes físicos, químicos e biológicos	1447
11.6.	Anexos da NR 9	1448
12.	NR 10 – Segurança em instalações e serviços em eletricidade	1450
12.1.	Objetivo e campo de aplicação	1451
12.2.	Medidas de controle	1453
12.3.	Outras disposições	1454
13.	NR 11 – Transporte, movimentação, armazenagem e manuseio de materiais ..	1459

13.1.	Objetivo e campo de aplicação	1460
13.2.	Elevadores e monta-cargas	1461
13.3.	Equipamentos de transporte com força motriz própria	1462
13.4.	Atividades de transporte de sacas	1462
13.5.	Empilhamento	1464
14.	NR 12 – Segurança no trabalho em máquinas e equipamentos	1465
14.1.	Princípios gerais	1467
14.1.1.	Medidas de proteção	1468
14.1.2.	Responsabilidade do trabalhador	1468
14.2.	Arranjo físico e instalações	1469
14.3.	Outras disposições	1470
15.	NR 13 – Caldeiras, vasos de pressão, tubulações e tanques metálicos de armazenamento	1477
15.1.	Objetivo, conceitos e campo de aplicação	1477
15.2.	Responsabilidade	1478
15.3.	Risco grave e iminente	1478
15.4.	Documentação	1480
15.5.	Comunicação de acidentes	1480
15.6.	Disposições específicas	1481
16.	NR 14 – Fornos	1482
16.1.	Objetivo e campo de aplicação	1483
16.2.	Medidas de prevenção	1483
17.	NR 15 – Atividades e operações insalubres	1484
17.1.	Introdução	1485
17.1.1.	Parâmetros quantitativos e qualitativos para caracterização da insalubridade	1485
17.1.2.	Caracterização da insalubridade	1486
17.1.3.	Base de cálculo	1490
17.1.4.	Enquadramento do grau de insalubridade (Reforma Trabalhista)	1491
17.1.5.	Eliminação ou neutralização da insalubridade	1493
17.1.6.	Requisição de perícia	1494
17.1.7.	Situações de risco grave e iminente na NR 15	1495
17.2.	Anexos da NR 15	1496
17.2.1.	Anexo 1 - limites de tolerância para ruído contínuo ou intermitente	1496
17.2.2.	Anexo 2 - limites de tolerância para ruído de impacto	1498
17.2.3.	Anexo 3 - limites de tolerância para exposição ao calor	1498
17.2.4.	Anexo 4 - iluminação deficiente	1500
17.2.5.	Anexo 5 - radiações ionizantes	1500
17.2.6.	Anexo 6 - trabalho sob condições hiperbáricas	1500
17.2.7.	Anexo 7 – radiações não ionizantes	1502
17.2.8.	Anexo 8 - vibração	1502

17.2.9. Anexo 9 - frio	1503
17.2.10. Anexo 10 – umidade	1503
17.2.11. Anexo 11 – agentes químicos cuja insalubridade é caracterizada por limite de tolerância e inspeção no local de trabalho	1504
17.2.12. Anexo 12 – limites de tolerância para poeiras minerais	1505
17.2.12.1. Asbesto	1506
17.2.13. Anexo 13 – agentes químicos	1508
17.2.13.1. Anexo 13-A – benzeno	1508
17.2.14. Anexo 14 – agentes químicos	1508
18. NR 16 – Atividades e operações perigosas	1511
18.1. Introdução	1511
18.1.1. Atividades perigosas	1512
18.1.1.1. Eliminação ou neutralização do risco?	1514
18.1.2. Adicional e base de cálculo	1515
18.1.3. Necessidade de perícia	1515
18.1.4. Cumulação do adicional de periculosidade	1516
18.1.5. Da flexibilização do adicional de periculosidade	1517
18.2. Anexos da NR 16	1519
18.2.1. Anexo 1 - atividades e operações perigosas com explosivos ..	1519
18.2.2. Anexo 2 - atividades e operações perigosas com inflamáveis	1520
18.2.3. Anexo 3 - atividades e operações perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de segurança pessoal ou patrimonial	1522
18.2.4. Anexo 4 - atividades e operações perigosas com energia elétrica	1523
18.2.5. Anexo 5 - atividades perigosas em motocicleta	1523
18.2.6. Anexo (*) - atividades e operações perigosas com radiações ionizantes ou substâncias radiotivas	1524
19. NR 17 – ergonomia	1526
19.1. O que é Ergonomia	1526
19.2. Objetivo e campo de aplicação	1527
19.3. Levantamento, transporte e descarga individual de cargas	1528
19.4. Mobiliário dos postos de trabalho	1530
19.5. Trabalho com máquinas, equipamentos e ferramentas manuais	1530
19.6. Condições de conforto no ambiente de trabalho	1530
19.7. Anexo I - trabalho dos operadores de <i>checkout</i>	1531
19.8. Anexo II - trabalho em teleatendimento/telemarketing	1532
20. NR 18 – segurança e saúde no trabalho na indústria da construção	1536
20.1. Resumo da NR 18	1537
21. NR 19 – explosivos	1540
21.1. Objetivo e campo de aplicação	1541
21.2. Principais disposições	1541

22. NR 20 – Segurança e saúde no trabalho com inflamáveis e combustíveis	1546
22.1. Objetivo e abrangência	1546
22.2. Definições	1547
22.3. Principais disposições	1548
23. NR 21 – Trabalhos a Céu Aberto	1553
23.1. Abrigo contra intempéries	1553
23.2. Alojamentos e moradias	1553
24. NR 22 – Segurança e saúde ocupacional na mineração	1554
24.1. Resumo da NR 22	1555
25. NR 23 – Proteção contra incêndios	1560
26. NR 24 – Condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho	1562
26.1. Objetivo e campo de aplicação	1562
26.2. Instalações sanitárias	1562
26.2.1 Instalações sanitárias e pessoas trans	1563
26.3. Componentes sanitários	1564
26.4. Vestiários	1565
26.5. Locais para refeição	1566
26.6. Cozinhas	1566
26.7. Alojamentos	1567
26.8. Vestimenta de trabalho	1567
26.9. Disposições gerais	1568
26.10. Anexos da NR 24	1568
27. NR 25 – Resíduos industriais	1570
27.1. Objetivo e campo de aplicação	1570
27.2. Requisitos de segurança e saúde	1570
28. NR 26 – Sinalização de segurança	1571
28.1. Objetivo e campo de aplicação	1572
28.2. Sinalização por cor	1572
28.3. Identificação de produto químico	1572
28.4. Informações e treinamentos em segurança e saúde no trabalho	1574
29. NR 27 - Registro Profissional do Técnico de Segurança do Trabalho (revogada)	1575
30. NR 28 - Fiscalização e penalidades	1576
30.1. Considerações iniciais	1577
30.2. Fiscalização	1577
30.2.1. Descumprimento reiterado	1580
30.3. Embargo ou interdição	1580
30.4. Penalidades	1581
31. NR 29 – Segurança e saúde no trabalho portuário	1583
31.1. Resumo da NR 29	1586
32. NR 30 – Segurança e saúde no trabalho aquaviário	1592
32.1. Resumo da NR 30	1594

33. NR 31 – Segurança e saúde no trabalho na agricultura, pecuária, silvicultura, exploração florestal e aquicultura-	1598
33.1. Resumo da NR 31	1600
34. NR 32 – Segurança e saúde no trabalho em serviços de saúde	1607
34.1. Resumo da NR 32	1607
35. NR 33 – Segurança e saúde nos trabalhos em espaços confinados	1614
35.1. Objetivo e campo de aplicação	1615
35.2. Profissionais envolvidos no trabalho em espaços confinados	1616
35.3. Permissão de Entrada e Trabalho (PET)	1617
35.4. Gerenciamento de riscos ocupacionais em espaços confinados	1618
35.5. Medidas de prevenção em espaços confinados	1619
35.6. Capacitação	1620
36. NR 34 – Condições e meio ambiente de trabalho na indústria da construção, reparação e desmonte naval	1621
36.1. Resumo da NR 34	1622
37. NR 35 – Trabalho em altura-	1627
37.1. Objetivo e campo de aplicação	1628
37.2. Responsabilidades	1628
37.3. Autorização, Capacitação e Aptidão	1629
37.4. Planejamento e Organização	1630
37.5. Sistemas de Proteção Contra Quedas - SPQ	1631
37.6. Emergência e Salvamento	1632
38. NR 36 – Segurança e saúde no trabalho em empresas de abate e processamento de carnes e derivados	1633
38.1. Resumo da NR 36	1635
39. NR 37 – Segurança e saúde em plataformas de petróleo	1644
39.1. Resumo da NR 37	1646
40. NR 38 – Segurança e saúde em plataformas de petróleo	1652
40.1. Resumo da NR 38	1654

CAPÍTULO XVIII

AVISO-PRÉVIO 1661

1. Introdução	1661
2. Proporcionalidade do aviso-prévio	1661
2.1. Discussões sobre a proporcionalidade do aviso prévio	1662
3. Cálculo do aviso-prévio	1664
4. Estabilidade adquirida durante o período do aviso-prévio	1665
5. Aviso-prévio concedido pelo empregador	1665
6. Aviso-prévio concedido pelo empregado	1671
7. Aviso-prévio no contrato por prazo determinado	1671
8. Reconsideração do aviso-prévio	1672
9. Falta grave no curso do aviso-prévio	1672

10. Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1674
11. Informativos do TST	1676

CAPÍTULO XIX

TÉRMINO DO CONTRATO DE TRABALHO	1679
1. Introdução	1679
2. Resilição	1679
2.1. Proibição da dispensa arbitrária e julgamento do STF sobre a Convenção 158 da OIT	1680
2.1.1. Causa justificada e justa causa	1680
2.1.2. Procedimento prévio ao término do contrato de trabalho	1681
2.1.3. Julgamento das ADI 1625 e ADC 39	1682
2.2. Hipóteses de resilição unilateral	1683
2.2.1. Pedido de demissão	1683
2.2.2. Dispensa sem justa causa	1683
2.2.3. Programa de Demissão Voluntária (Reforma Trabalhista) – PDV	1684
2.2.3.1. Natureza jurídica do PDV	1684
2.2.3.2. Eficácia liberatória – regulamentação anterior à Reforma Trabalhista	1685
2.2.3.3. Posicionamento do STF e a força dos instrumentos coletivos	1686
2.2.3.4. Eficácia liberatória do PDV – Reforma Trabalhista ..	1686
2.2.3.5. Quitação plena e irrevogável	1689
2.2.3.6. Direito intertemporal	1690
2.2.4. <i>Outplacement</i>	1690
2.3. Resilição bilateral: distrato (Reforma Trabalhista)	1691
2.3.1. Verbas rescisórias devidas no distrato	1693
2.3.2. Saque dos depósitos do FGTS	1695
2.3.3. Seguro-desemprego	1695
3. Resolução	1696
3.1. Dispensa por justa causa	1697
3.1.1. Hipóteses de dispensa por justa causa	1697
3.1.1.1. Ato de improbidade	1697
3.1.1.2. Incontinência de conduta	1698
3.1.1.3. Mau procedimento	1698
3.1.1.4. Negociação habitual por conta própria ou alheia sem permissão do empregador	1699
3.1.1.5. Condenação criminal do empregado, passada em julgado	1699
3.1.1.6. Desídia no desempenho das funções	1699
3.1.1.7. Embriaguez habitual ou em serviço	1700

3.1.1.8.	Violação de segredo da empresa	1700
3.1.1.9.	Ato de indisciplina ou de insubordinação	1700
3.1.1.10.	Abandono de emprego	1701
3.1.1.11.	Ato lesivo à honra e à boa fama ou ofensa física, salvo legítima defesa	1701
3.1.1.12.	Prática constante de jogos de azar	1702
3.1.1.13.	Prática de atos atentatórios à segurança nacional	1702
3.1.1.14.	Perda da habilitação (Reforma Trabalhista) ou dos requisitos estabelecidos em lei para o exercício da profissão	1702
3.1.1.15.	Outras hipóteses de dispensa por justa causa	1703
3.1.2.	Verbas rescisórias devidas na dispensa por justa causa	1705
3.2.	Rescisão indireta (ou dispensa indireta)	1705
3.2.1.	Hipóteses de rescisão indireta (ou dispensa indireta) – art. 483 da CLT	1705
3.2.1.1.	Exigência de serviços superiores às suas forças, defesos por lei, contrários aos bons costumes, ou alheios ao contrato	1705
3.2.1.2.	Rigor excessivo	1706
3.2.1.3.	Perigo manifesto de mal considerável	1706
3.2.1.4.	Não cumprir o empregador as obrigações do contrato	1706
3.2.1.5.	Ato lesivo da honra e boa fama ou ofensa física ..	1707
3.2.1.6.	Reduzir o trabalho por peça ou tarefa	1707
3.2.1.7.	Violência doméstica (LC nº 150/2015 – Lei dos Domésticos)	1707
3.2.2.	Necessidade de deixar o serviço	1708
3.2.3.	Verbas rescisórias devidas na rescisão indireta (ou dispensa indireta)	1709
3.3.	Culpa recíproca (art. 484 da CLT e Súmula nº 14 do TST)	1709
4.	Rescisão	1712
5.	Demais hipóteses de término do contrato de trabalho	1712
5.1.	Término do contrato por prazo determinado	1712
5.2.	Força maior	1715
5.2.1.	Dispensa por força maior durante a pandemia	1715
5.3.	Morte do empregador – art. 485, CLT	1716
5.4.	Aposentadoria	1717
5.5.	Fato do príncipe ou <i>factum principis</i> – art. 486, CLT	1718
5.5.1.	Fato do príncipe durante a pandemia	1719
5.6.	Dispensa discriminatória	1719
5.6.1.	Da indenização dobrada pela dispensa discriminatória	1722
5.6.1.1.	Natureza jurídica da indenização dobrada	1723
5.6.1.2.	Possibilidade de cumulação com indenização por dano moral (não configuração de <i>bis in idem</i>)	1723

5.6.1.3.	Marco temporal final da indenização dobrada	1724
5.6.1.4.	ADPF 648 e a constitucionalidade da Súmula nº 443 do TST	1724
5.6.2.	Exigência de carteira de vacinação e dispensa dos empregados	1725
5.7.	Término do contrato de trabalho – Pessoa com deficiência	1727
5.8.	Dispensa de trabalhadores em tempos de crise (pandemia de COVID-19)	1730
5.8.1.	Dispensa individual de trabalhadores em tempos de crise (pandemia de COVID-19)	1730
5.8.2.	Dispensa em massa de trabalhadores em tempos de crise (pandemia de COVID-19)	1730
5.8.3.	Dispensa por força maior em tempos de crise (pandemia de COVID-19)	1731
5.8.4.	Dispensa por fato do príncipe em tempos de crise (pandemia de COVID-19)	1732
5.8.5.	Parcelamento das verbas rescisórias em tempos de crise (pandemia de COVID-19)	1733
6.	Obrigações decorrentes do término do contrato de trabalho (Reforma Trabalhista)	1734
6.1.	Extinção da homologação das verbas trabalhistas	1735
6.1.1.	Homologação de acordo extrajudicial	1737
6.2.	Recibo de quitação das verbas trabalhistas	1739
6.3.	Forma de pagamento das verbas rescisórias	1740
6.4.	Prazo para cumprimento das obrigações decorrentes da extinção do contrato de trabalho	1740
6.5.	Fim da assistência na rescisão contratual	1741
6.6.	Multa do art. 477, § 8º, CLT	1742
6.7.	Reconhecimento judicial do vínculo de emprego	1742
6.8.	Questões controvertidas acerca da multa do art. 477 da CLT	1743
6.9.	Administração Pública e Massa falida	1744
6.10.	Parcelamento das verbas rescisórias e multa do art. 477, § 8º, da CLT	1745
6.11.	Carta de recomendação do ex-empregado	1746
6.12.	Saque do FGTS e requerimento do seguro-desemprego	1746
7.	Quitação anual de obrigações trabalhistas (Reforma Trabalhista)	1747
8.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1752
9.	Informativos do TST	1754

CAPÍTULO XX

PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA 1763

1.	Prescrição	1763
1.1.	Prazos prescricionais	1764

1.2.	Prescrição total e parcial (Reforma Trabalhista)	1766
1.3.	Causas impeditivas, suspensivas e interruptivas da prescrição (Reforma Trabalhista)	1770
1.3.1.	Prazos prescricionais durante a pandemia do novo coronavírus e legislação de exceção	1772
1.4.	Prescrição do FGTS	1774
1.5.	Prescrição do avulso	1775
1.6.	Imprescritibilidade das anotações na CTPS e retificação do PPP	1776
1.7.	Prescrição de ofício	1777
1.8.	Prescrição intercorrente	1778
1.8.1.	Posicionamento dos tribunais antes da Lei	1780
1.8.2.	Prazo de 2 anos	1781
1.8.3.	Prescrição intercorrente e direito intertemporal	1783
2.	Decadência	1785
3.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	1786
4.	Informativos do TST	1790

CAPÍTULO XXI

DIREITO COLETIVO DO TRABALHO 1797

1.	Introdução	1797
2.	Princípios Específicos	1798
2.1.	Liberdade sindical	1798
2.2.	Princípio da autorregulamentação	1801
2.3.	Limite da negociação coletiva ou princípio da adequação setorial negociada	1803
2.4.	Princípio da boa-fé ou da lealdade e boa-fé ou da transparência	1807
2.5.	Princípios segundo Mauricio Godinho Delgado	1809
3.	Organização sindical brasileira	1811
3.1.	Sindicatos	1811
3.1.1.	Divisão dos sindicatos em categorias	1813
3.1.2.	Sindicalização dos empregados terceirizados	1815
3.1.3.	Sindicalização dos empregados de sindicatos	1816
3.1.4.	Fundação do sindicato e a Convenção Internacional nº 87 da OIT	1817
3.1.4.1.	Livre filiação dos trabalhadores	1821
3.1.5.	Desmembramento dos sindicatos	1822
3.1.6.	Dissolução dos sindicatos	1825
3.1.7.	Cláusulas antissindicais	1826
3.2.	Organização do sindicato	1832
3.2.1.	Do processo eleitoral	1835
3.2.2.	Estabilidade do dirigente sindical	1839
3.3.	Fontes de custeio do sindicato	1844

3.3.1.	Contribuição sindical	1845
3.3.1.1.	Regulamentação anterior à Reforma Trabalhista: tributo	1845
3.3.1.2.	Regulamentação da contribuição sindical após a Reforma Trabalhista: como ficou?	1846
3.3.1.3.	Empregados sindicalizados – como fica?	1850
3.3.1.4.	Procedimento ligado à contribuição sindical que permanece após a Reforma Trabalhista	1851
3.3.1.5.	Decisão do STF sobre a constitucionalidade da atual regulamentação da contribuição sindical	1852
3.3.1.6.	Aspectos processuais	1853
3.3.1.7.	Autorização por meio de assembleia geral e o Enunciado nº 24 da CCR do MPT	1854
3.2.1.8.	Autorização individual, expressa e por escrito e a MP nº 873/2019	1855
3.2.1.9.	Competência da Justiça Comum para processar e julgar ações envolvendo contribuição sindical de servidores públicos estatutários	1856
3.3.2.	Contribuição confederativa	1857
3.3.3.	Contribuição assistencial	1859
3.3.3.1.	Do papel da Justiça do Trabalho diante de cobranças abusivas	1862
3.3.3.2.	Repasse de contribuições das empresas diretamente ao sindicato da categoria profissional	1862
3.3.4.	Mensalidade sindical	1864
3.3.5.	Certificado de regularidade sindical e as contribuições para custeio dos sindicatos	1864
3.4.	Entidades de grau superior: federação e confederação	1867
3.5.	Centrais sindicais	1868
4.	Negociação coletiva – convenção e acordo coletivo	1872
4.1.	Prevalência do negociado sobre o legislado (Reforma Trabalhista)	1875
4.1.1.	Tema 1.046 da Repercussão Geral: prevalência do negociado sobre o legislado	1882
4.1.2.	Flexibilização das normas trabalhistas no Direito Comparado	1884
4.1.3.	Resguardo de prerrogativas dos sindicatos na negociação coletiva	1886
4.2.	Rol exemplificativo de valorização do negociado (Reforma Trabalhista) de valorização do negociado	1887
4.2.1.	Jornada de Trabalho	1890
4.2.2.	Banco de horas	1891
4.2.3.	Intervalo Intrajornada	1892
4.2.4.	Programa Seguro-Emprego	1894
4.2.5.	Plano de cargos, salários e funções e identificação dos cargos de confiança	1895

4.2.6.	Regulamento de empresa	1896
4.2.7.	Representante dos trabalhadores no local de trabalho	1897
4.2.8.	Teletrabalho, regime de sobreaviso, e trabalho intermitente .	1898
4.2.9.	Remuneração por produtividade e por desempenho individual	1899
4.2.10.	Registro de Jornada	1900
4.2.11.	Troca de dia dos feriados	1900
4.2.12.	Enquadramento do grau de insalubridade	1901
4.2.13.	Prorrogação da jornada em ambientes insalubres	1904
4.2.14.	Prêmios e incentivos	1906
4.2.15.	Participação nos lucros ou resultados da empresa	1907
4.3.	Discussões sobre os limites da flexibilização trabalhista por instrumento coletivo	1908
4.3.1.	Natureza salarial da parcela recebida	1909
4.3.2.	Alteração prejudicial do contrato de trabalho	1910
4.3.3.	Pagamento parcelado de gratificações	1910
4.3.4.	Fracionamento de férias	1911
4.3.5.	Parcelamento das verbas rescisórias e multa do art. 477, § 8º, da CLT	1911
4.4.	Poder Judiciário e controle dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista)	1912
4.4.1.	Litisconsórcio necessário dos sindicatos em ações que tenha como objeto a anulação de cláusulas de instrumento coletivo de trabalho	1914
4.4.2.	Litisconsórcio necessário e a Medida Provisória nº 808/2017 (vigência encerrada)	1915
4.5.	Princípio da contrapartida e garantia provisória na hipótese de redução salarial (Reforma Trabalhista)	1916
4.5.1.	Anulação de cláusula compensatória em instrumento coletivo	1919
4.6.	Limites ao negociado (Reforma Trabalhista e Tema 1.046 do STF)	1920
4.6.1.	Rol taxativo de limitação à negociação coletiva	1929
4.6.2.	Normas de identificação do trabalhador e anotações na CTPS	1930
4.6.3.	Seguro-desemprego	1930
4.6.4.	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	1930
4.6.5.	Salário mínimo	1931
4.6.6.	Valor nominal do 13º salário	1931
4.6.7.	Remuneração do trabalho noturno superior à do diurno	1932
4.6.8.	Proteção do salário	1932
4.6.9.	Salário-família	1934
4.6.10.	Repouso semanal remunerado	1934
4.6.11.	Remuneração dos serviços extraordinário superior, no mínimo, em 50% à do normal	1935
4.6.12.	Direito de férias e duração	1935
4.6.13.	Licença-maternidade, com duração mínima de 120 dias	1936

4.6.14.	Licença-paternidade	1937
4.6.15.	Proteção do mercado de trabalho da mulher	1937
4.6.16.	Aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, de no mínimo, 30 dias	1938
4.6.17.	Normas de saúde, higiene e segurança do trabalho previstas em lei ou em normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego	1939
4.6.18.	Adicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres ou perigosas	1940
4.6.19.	Aposentadoria	1940
4.6.20.	Seguro contra acidentes de trabalho	1941
4.6.21.	Prescrição	1941
4.6.22.	Proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência	1942
4.6.23.	Trabalho do adolescente e Medidas de proteção legal às crianças e adolescentes	1943
4.6.24.	Igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso	1944
4.6.25.	Liberdade de associação profissional ou sindical	1944
4.6.26.	Direito de não sofrer desconto ou cobrança salarial previsto em convenção ou acordo trabalhista	1945
4.6.27.	Direito de greve e serviços essenciais	1946
4.6.28.	Tributos e outros créditos de terceiros	1946
4.6.29.	Proteção do trabalho da mulher	1947
4.6.30.	Regras sobre duração do trabalho e intervalos	1947
4.7.	Negociação coletiva na pandemia (art. 11 e 17 da Lei nº 14.020/2020) e legislação de exceção	1949
4.7.1.	Validade do acordo individual para redução de salários e de jornada e suspensão contratual durante a pandemia e legislação de exceção	1950
4.8.	Dispensa em massa (Reforma Trabalhista)	1952
4.9.	Legitimidade para celebrar acordo ou convenção coletiva	1957
4.10.	Limites e possibilidade de negociação coletiva no setor público	1959
4.11.	Requisitos formais da negociação coletiva	1960
4.12.	Vigência dos instrumentos coletivos de trabalho (Reforma Trabalhista)	1964
4.12.1.	Antes da alteração da Súmula nº 277 do TST	1965
4.12.2.	Após a alteração da Súmula nº 277 do TST	1967
4.12.3.	Liminar do STF (APDF 323/DF)	1969
4.12.4.	Alteração promovida pela Reforma Trabalhista	1970
4.12.5.	Decisão final do STF (APDF 323/DF)	1971
4.12.6.	Sentença normativa	1972
5.	Conflitos coletivos de trabalho	1974
5.1.	Introdução	1974

5.2.	Meios de solução de conflitos coletivos de trabalho	1975
5.2.1.	Autotutela	1976
5.2.2.	Autocomposição	1977
5.2.2.1.	Mediação de conflitos coletivos de trabalho (Marco Regulatório Trabalhista Infralegal)	1978
5.2.3.	Heterocomposição	1980
5.2.3.1.	Arbitragem (Reforma Trabalhista)	1980
5.2.3.2.	Jurisdição	1983
5.3.	Direitos e interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos na esfera trabalhista	1984
6.	Greve	1985
6.1.	Introdução	1985
6.1.1.	Decisão da SDC do TST e a quantidade de trabalhadores nas greves	1987
6.2.	Modalidades de greve	1988
6.3.	Interesses defendidos na greve	1990
6.4.	Greve abusiva	1991
6.4.1.	Greve sem representação sindical e <i>lock out</i>	1995
6.5.	Direitos e deveres dos grevistas	1998
6.6.	Greve em serviços essenciais	1998
6.7.	Requisitos para o exercício do direito de greve	2000
6.8.	Greve no serviço público	2002
7.	Comissão de Conciliação Prévia	2009
7.1.	Composição da Comissão de Conciliação Prévia criada em âmbito da empresa	2010
7.2.	Necessidade de submeter a demanda à Comissão de Conciliação Prévia	2011
7.3.	Consequências da conciliação firmada perante a CCP	2011
8.	Representação dos empregados nas empresas (Reforma Trabalhista)	2014
8.1.	Composição da comissão de representantes	2015
8.2.	Atribuições da Comissão de Representantes de Empregados	2016
8.3.	Eleição dos representantes dos empregados	2019
8.4.	Mandato do membro da comissão de representantes do empregado ...	2021
8.4.1.	Estabilidade do membro da comissão de representantes	2022
8.4.2.	Guarda de documentos	2024
9.	Súmulas e orientações jurisprudenciais do TST	2025
10.	Informativos do TST	2027
	ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO	2045
	BIBLIOGRAFIA	2069